

**AS PRÁTICAS MUTUALISTAS E SINDICALISTAS DOS TRABALHADORES  
PORTUÁRIOS DE FORTALEZA (1912-1934).**

Profa. Dra. Nágila Maia de Morais Galvão  
SEDUC-CE/ FACULDADE PLUS  
[nagilamaia@hotmail.com](mailto:nagilamaia@hotmail.com)

No presente artigo analiso as experiências dos trabalhadores do Porto de Fortaleza - Ce., a partir da *Sociedade Beneficente Deus e Mar*, fundada em 1912, e do Sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará (STPC) criado em 1921, os quais transitaram entre o mutualismo e o sindicalismo. Estes tinham suas ações pautadas na assistência médica, pecúlio, auxílio funeral. Bem como, agiram no campo da resistência através da prática de greves, manifestações, paralisações e negociações com figuras políticas, religiosas da cidade, e também com os contratadores e as empresas de navegação, que objetivavam melhorar as condições de vida e de trabalho dos portuários.

A *Deus e Mar* era composta, principalmente, por trabalhadores marítimos, assumiu papel relevante nas lutas dos portuários por melhores condições de vida e de trabalho. Nesse sentido, me ateei à análise dos documentos sobre os portuários, para compreender as relações estabelecidas entre os portuários, políticos (membros da elite econômica e política) e os contratadores de serviço do porto.

Entendo que as mutuais se desenvolveram dentro de um contexto histórico, influenciado pelas repercussões do capitalismo entre as classes trabalhadoras, que não significou um regresso, e sim mais uma forma de luta (LONER, 200: 96). A força do mutualismo estava nos laços de solidariedade que criava entre os trabalhadores, a partir do convívio entre os iguais, que auxiliou no processo de compreender-se como coletividade.

A sociedade mutual nasceu, primeiramente, a partir das necessidades materiais, mas esse fator não explica por si só essa problemática, sendo necessário analisar as vivências desses trabalhadores, tornando-se necessário problematizar as suas experiências cotidianas para entender as forças que os moveram à organização e manutenção desse tipo de associação, as práticas de relacionamentos, e alianças desenvolvidas entre os portuários, os patrões e elementos ligados ao cenário político da cidade.

No art. 4º do Estatuto da *Deus e Mar*, ficava determinado que embora não pertencesse a nenhum partido político, nem filiado a qualquer seita religiosa, reconheceu a necessidade de adotar uma política de classe, com o objetivo de defender os interesses dos associados e garantir a liberdade de expressões religiosas<sup>1</sup>.

Dentre as preocupações que rondavam constantemente os trabalhadores, a invalidez, a impossibilidade de trabalhar devido a acidentes, ou até mesmo após a sua morte eram as que ganhavam maior destaque, tendo em vista, a necessidade básica de se alimentar que ficava ameaçada com a ausência da realização do trabalho. Assim, os auxílios feitos para esses casos eram considerados um alívio, diante da ameaça de fome.

As sociedades de socorro mútuo existentes em Fortaleza entre o final do século XIX e início do XX, eram de modo geral de ofícios, ou de categoria profissional. Podiam ser abertas, étnicas, confessionais ou circulistas (ligadas à Igreja), sendo a maioria de ofícios e de categorias profissionais. A maior parte das associações funcionavam com poucos recursos e associados, ao contrário da *Sociedade Deus e Mar* que juntamente com a *Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité*, chegaram a contar com centenas de sócios (MOTA, 2009: 17-18).

Devido às dificuldades econômicas, muitas das associações tiveram o funcionamento efêmero, onde o atraso ou não pagamento das mensalidades, comprometia a arrecadação de fundos para viabilizar os serviços de assistências. Mas no caso da *Deus e Mar*, mesmo enfrentando algumas tensões e mudanças internas, além de passar pelo processo de alteração no nome em 1931 – *Deus e União*, manteve as portas abertas por mais de 20 anos.

As mutuais exerciam papel relevante ao garantir os serviços emergenciais dos trabalhadores, em meio às incertezas materiais e à ausência de leis que possibilitassem algumas certezas de assistência e auxílio mútuo, seria um meio para assegurar o futuro, o qual poderia trazer consigo o risco das doenças, dos acidentes e até mesmo da morte. Por isso, a preocupação em assegurar, mesmo que de forma mínima algumas garantias imediatas (LUCA, 1990)

---

<sup>1</sup> DIÁRIO DO CEARÁ. **Segunda reforma dos Estatutos da ‘Deus e Mar’**. Número e página (rasurados) 15/10/1927. pp. 3-6.

A *Sociedade Deus e Mar* engrossou as suas fileiras, chegando até mais de 800 associados, promoveu a assistência e serviu como meio para organizar o movimento dos trabalhadores do porto de Fortaleza. Mas essa beneficente não convivia apenas com a harmonia e a homogeneidade entre os associados e diretores, também enfrentavam conflitos e disputas internas por cargos, privilégios, trocas de favores, etc.

Já o STPC foi fundado em 1921, período marcado pela crise do regime oligárquico, característico do Brasil desde 1889. As disputas entre os grupos políticos ligados aos coronéis do Café com leite e aos grupos políticos das dissidências facciosas provocavam destituições de cargos. Neste cenário de crise política, ocorreram tensões sociais, agravadas pelas estiagens de 1915 e 1919, que causavam os saques, a mendicância, a vadiagem e outros “desvios” de conduta.

Em meio à crise, a repressão do governo tornou-se mais dura contra qualquer movimento de insatisfação, e frequentemente foram efetuadas prisões, deportações, empastelamentos de jornais, perseguições políticas e outros tipos de repressão realizadas pelo poder público (CARDOSO, 2008).

As ideias anarquistas e socialistas que vinham sendo divulgadas e discutidas na Europa, adentraram ao Brasil via portos, e suas influências foram percebidas no Ceará, a partir da produção dos jovens, que através dos seus escritos passaram a divulgar e debater as ideias “novas” na “imprensa libertária” (GONÇALVES, 2000).

O aumento no número de fábricas, o crescimento da exportação e importação de mercadorias contribuíram para o fortalecimento do comércio, e a cidade foi progressivamente ganhando características industriais. Nesse cenário o porto ganhou papel de relevância, visto que além de o ponto de entrada e escoamento de mercadorias, também era local por onde chegavam ideias sociais e políticas, livros, influências artísticas e culturais. Nesse período, início do século XX, no Brasil os trabalhadores vinham num intenso movimento culminou com a realização dos Congressos Operários Brasileiros (COB -1906,1912,1913), que serviram como base de direcionamento dos movimentos dos trabalhadores por todo o país, inclusive do Ceará.

## **DA SOCIEDADE DEUS E MAR À DEUS E UNIÃO**

Na medida em que a economia do estado do Ceará modificava-se e crescia, o mutualismo também se expandia, acompanhando essa geografia econômica. Em

Fortaleza, é evidenciada maior incidência desse tipo de associação entre as décadas de 1890 a 1920, período marcado pelos problemas da carestia de vida e ausência de regulamentação das relações de trabalho. As associações coexistiam com outras formas de organização, como sindicatos, círculos católicos, federações e partidos operários<sup>2</sup>, além do que, com a influência da Revolução Russa de 1917, o sindicalismo deixou de ser organizado em associações de ofício e os sindicatos industriais passaram a ter um maior número de membros (MOTA, 2009: 39-40).

Quando foi fundada, a *Sociedade Deus e Mar* contava com a participação dos trabalhadores marítimos, geralmente moradores das vilas de pescadores, do Arraial Moura Brasil e dos arrabaldes próximos à praia (Areal). Pescadores, catraieiros, estivadores e portuários compunham a maior parte do corpo associativo da mutual que chegou aos anos 1920 com o número de 1.400 associados e com ramificações nas cidades de Camocim e Aracati, tornando-se a associação com maior representação entre os marítimos do Estado do Ceará.<sup>3</sup>

Os pontos de ação da mutual visavam garantir direitos mínimos aos associados, de modo a não faltar alimentação, ao conceder pagamentos no caso do portuário ficar impossibilitado de trabalhar, dava o mínimo de instrução, garantindo o acesso ao ensino, e possibilitava o auxílio jurídico. Esses serviços serviam como paliativo dentro de uma realidade de pobreza e assistência social por parte do governo. Dessa feita, a medida que as necessidades mais emergências eram sanadas, os trabalhadores viam a importância de manter-se associado *Deus e Mar*, daí por que o Estatuto tinha força e acabava controlar e ditava as regras de conduta dos sócios.

Dentre os serviços que a *Deus e Mar* oferecia aos associados, estava o pecúlio, pagamento feito à família do associado após o seu falecimento, servindo para cobrir despesas emergenciais da família e mantê-la durante um curto tempo, devido à ausência do seu provedor, tendo em vista que valor de 900 mil réis não era considerado um grande valor para a época, além de ser feito em parcela única.

O auxílio feito através do pagamento de Pecúlio significava um avanço no que consiste a assistência da família do associado, numa realidade em que os trabalhadores

---

<sup>3</sup> DIÁRIO DO CEARÁ. 05/06/1923. Número e página (rasurados) (15/10/1927).

eram desassistidos por Leis que garantissem direitos básicos para a organização do regime de trabalho, a carga horária e o sistema de pagamento.

Batalha destaca que “a cultura associativa no Brasil é a representação da força da classe operária, de modo a criar e preservar suas próprias instituições à margem e a despeito do Estado”. Isso porque o autor percebe que a cultura de classe no Brasil está relacionada à necessidade da constituição de um espaço de luta, o qual foi sendo conseguido através das lutas das associações de trabalhadores (BATALHA, 2004:115).

No caso da *Deus e Mar*, além do mutualismo, os associados também prezavam pela disciplina em relação às determinações do Estatuto da Associação, de maneira a manter o grupo coeso e ajustado para lutar favoravelmente pela coletividade. Para as associações mutuais, os trabalhadores deveria seguir o modelo de conduta estabelecido pelo Estatuto. Assim, quando as determinações não eram seguidas, o membro poderia chegar a ser excluído da associação. E muitas foram as ocasiões em que os associados quebraram as regras, como: quando não pagavam, ou atrasavam as mensalidades, ingeriam bebidas alcoólicas, brigavam em via pública etc.

Reconheço a participação de membros da elite econômica e política de Fortaleza na *Sociedade Deus e Mar*, no entanto não tinha a dianteira do movimento, sendo esse papel exercido pelos trabalhadores, os quais utilizaram a aproximação com sócio benemérito, como uma forma de se proteger e diminuir a distância em relação as autoridades políticas.

Esse tipo de prática (portuários e políticos) era recorrente desde os primeiros movimentos dos portuários de Fortaleza, datando dos primeiros anos do período republicano. Como foi analisado na dissertação *Todo cais é uma saudade de pedra: repressão e morte dos trabalhadores catraieiros (1903-1904)*, que afirma ter sido a greve dos catraieiros um importante elemento político para as mudanças ocorridas no governo do estado do Ceará em 1912. Argumentando que as oligarquias dissidentes fortaleceram-se após o episódio da praia em 03 de janeiro de 1904, quando os grevistas foram massacrados pela força da polícia (MORAIS, 2009).

A *Deus e Mar* desenvolveu uma estratégia de luta, na qual os trabalhadores mantinham uma relação de proximidade com os patrões e políticos, buscando melhorar a negociação de pequenos benefícios e favores imediatos<sup>4</sup>.

O Jornal *Folha do Povo* denuncia a forte influência e participação de grupos políticos na administração da beneficente, que chegou a mudar o seu foco da mobilização em prol das reivindicações dos portuários, para se inserir nos debates políticos partidários. O Jornal continuou por tratar sobre as tensões internas geradas a partir dessa postura adotada pela então diretoria, e coloca os trabalhadores como passivos diante dessas tensões. No entanto, a formação das duas chapas para concorrer ao pleito de 1928, só foi possível por que a categoria estava envolvida nesse debate, e escolheu ficar na chapa da situação ou da oposição, tornando a afirmativa de que os associados estavam alheios ao processo eleitoral e de ações da categoria, não se sustenta, até por que após o resultados das eleições, muitos saíram da associação.

Apesar das denúncias e críticas sobre os envolvimento com os grupos políticos partidários, a *Deus e Mar* permaneceu com a ação de somar as suas fileiras os sócios beneméritos, os quais realizavam doações significativas em dinheiro, e que em troca, buscavam o reconhecimento da sua ação pela comunidade, no sentido de reforçar o seu status e o poder político. Além disto, os nomes dos beneméritos e dos membros da diretoria eram constantemente exaltados nas reuniões e assembleias da associação, tornando-se um importante meio para a conquista e manutenção de prestígio social.

A ênfase no cumprimento das obrigações seguindo as regras estatutária mostrava a necessidade que a diretoria tinha em manter o controle sob a conduta dos trabalhadores no ambiente de trabalho, à medida que o proíbe de ausentar-se do serviço sem avisar, de reconhecer e aceitar as decisões dos seus superiores. Em contrapartida, mostra a preocupação com os associados além dos limites do porto, quando afirma que o sócio não pode realizar atos considerados degradantes, tal como a ingestão em excesso de bebida alcoólica, envolver-se em brigas, etc.

A diretoria da *Deus e Mar* buscou, através dos Artigos do Estatuto, estabelecer os limites dos direitos e dos deveres dos seus sócios e, em troca, os associados receberiam serviços de auxílio mútuo. Em meio aos poucos direitos e muitos deveres, os

---

<sup>4</sup> FOLHA DO POVO. 08/07/1928, No 922, p.1.

trabalhadores associados eram penalizados com multa entre cinco e cinquenta mil réis nos casos de: abandono de serviço sem justificativa, insubordinação aos superiores, ou apresentando-se para o trabalho alcoolizado, podendo também serem suspensos do serviço em caso de perturbação da ordem, ou falta de respeito em qualquer recinto, comparecer às reuniões embriagado, fazer falsas acusações, ou atentar contra a integridade física ou moral dos companheiros.<sup>5</sup>

A cobrança por uma conduta considerada correta passava pela não aceitação da ingestão de álcool, as práticas de jogos e apostas, além das brigas e discussões entre os trabalhadores ou com outras pessoas. Sendo práticas fortemente combatidas, tendo em vista a recorrência no dia a dia da região portuária.

Além de servir para estabelecer os direcionamentos da associação, apresentando os direitos e os deveres, o Estatuto também objetivava moldar os trabalhadores dentro de uma conduta de ordem e disciplina de modo a evitar atitudes desordenadas, como brigas, discussões, abandono do serviço, prática de jogos, ingestão de bebidas alcoólicas, as quais os colocavam fora do modelo de ordem vigente, e acabavam por gerar problemas para os empregadores, contratadores da mão de obra portuária, e aos fiscais dos serviços. Para a manutenção da ordem, o Estatuto serviu como importante ferramenta para delimitar as ações dos trabalhadores, tendo em vista que, determinava os direitos, os deveres e as penalidades no caso de não cumprimento dos artigos estatutário.

As punições (pagamento de multas, afastamento do trabalho, suspensão dos direitos, e expulsão) não foram vistos com bons olhos pelos associados como um todo, e diante das insatisfações internas, surgiu um grupo para fazer oposição à diretoria que estava no poder. Somada as insatisfações relacionadas ao cumprimento do Estatuto, as disputas pelo poder da associação agravaram as divergências internas na *Deus e Mar*, sendo o pleito para a diretoria no ano de 1928, marcado por discussões, brigas e rupturas<sup>6</sup>.

O embate entre as duas chapas estavam centradas nas disputas pelo poder e liderança dos portuários e não necessariamente na luta por melhorias nas condições de trabalho e vida dos associados. No entanto, a divisão da *Deus e Mar* e as tensões pelo controle da diretoria mostram que não ficaram restritas as chapas que participaram do

---

<sup>5</sup> DIÁRIO DO CEARÁ. **Segunda reforma dos Estatutos da ‘Deus e Mar’**. Número e página (rasurados) 15/10/1927. p. 3-6.

<sup>6</sup> FOLHA DO POVO. N. (Rasurado), 03/07/1928. p. (Rasurado).

pleito, também contando com a adesão dos trabalhadores que escolheram suas chapas. Dos 100 sócios da *União Marítima*, 60 fizeram parte da comissão que se apresentaram no jornal para denunciar as atitudes da *Deus e Mar* ao boicotá-los no processo de contratação.

A fundação da *União Marítima*, gerou tensões também no processo de contratação da mão de obra, visto que o poder da *Deus e Mar* passava pelo controle do processo de contratação, na oferta da mão de obra e nas negociações com os contratadores e empresas de navegação, pois a garantia da oferta do trabalho era um ponto fundamental para levar os trabalhadores a tornarem-se sócios das sociedades beneficentes. Nesse sentido após a ruptura interna em 1928 isso ficou visível à medida que o serviço só ficou garantido aos associados da *Deus e Mar*.

A *União Marítima Beneficente* foi fundada na sede do *Círculo Operário São José* e realizou a sua primeira reunião na sede do *Sindicato dos Trabalhadores do Porto*, no dia 15 de setembro de 1928, devendo ser ressaltado que essa associação possuía um caráter exclusivamente beneficente, sem intenção de resistência, com o discurso de que objetivava assegurar o futuro das famílias<sup>7</sup>.

Mesmo com as diferenças dentro da categoria e com a fundação da *União Marítima*, a *Deus e Mar* continuou possuindo um grande poder dentro das negociações da mão de obra no porto, chegando a acumular um número de mais 800 associados somente em Fortaleza, sem contar os sócios das sucursais de Aracati e Camocim.

Após a fragmentação dos trabalhadores portuários entre as duas associações, esses também tiveram que lidar poucos anos depois com a interferência marcante da *Legião Cearense do Trabalho*, fundada em 1931. A LCT logo percebeu a importância de unir os portuários e suas associações e logo providenciou a aliança entre a *Deus e Mar* e a *União Marítima Beneficente*. Dessa fusão surgiu a *Sociedade Marítima Deus e União*, que seguia as diretrizes da Ação Social Católica. Doravante, as relações de força que se estabeleceram entre os próprios trabalhadores, os patrões e a Igreja nas lutas cotidianas, nos limites do porto e para além dele foram marcadas por dificuldades em relação às mudanças nas condições de vida dos trabalhadores.

---

<sup>7</sup> CORREIO DO CEARÁ. *União Marítima Beneficente*. 16/09/1928, N. (rasurado), p. 5.



Além da presença dos patrões nessas associações, também houve a ação da Igreja Católica, que direcionava as características de conduta de boa parte dos trabalhadores, através das determinações presentes no Estatuto, em um contexto que a Igreja buscava a inserção no movimento operário de modo a anular a ação dos anarquistas, socialistas e comunistas nos sindicatos e manter o modelo de sociedade tradicional, e combater o discurso de mudanças urbanas e de modernização (BARROSO, 2000:319).

A preocupação da Igreja com os destinos da humanidade estava submetida à dinâmica da modernidade industrial que surgiu oficialmente com a bula papal *Rerum Novarum* de Leão XIII (1891)<sup>8</sup>. Nessa encíclica, são expostas as questões graves de desorganização social instauradas pelo capitalismo da Revolução Industrial e sua repercussão nos diversos aspectos da existência humana. A bula ressaltava a esfera religiosa invadida pelo laicismo materialista; questionava esta realidade social que se fundamentava no desapego das coisas da espiritualidade<sup>9</sup>

Em suma, durante os seus dezenove anos de funcionamento, a *Associação Deus e Mar* passou pela gestão de várias diretorias, as quais fazia apenas o revezamento das funções entre alguns membros e tiveram que enfrentar embates políticos internos e tensões políticas externas, com grupos partidários, anarquistas, socialistas e a Igreja Católica, e passou pelo processo de divisão em 1928, com a fundação da *União Marítima Beneficente*. Estas associações passaram pela intervenção da *Legião Cearense do Trabalho* e foram fundidas em 1931, dando lugar à *Sociedade Marítima Deus e União* que contou com o apoio da legião para negociar junto às empresas de navegação o Contrato Coletivo, que só foi fechado em 1933.

No intervalo de tempo entre os anos de 1912 e 1931, percebo o processo de reconhecimento dos portuários enquanto coletivo, contribuindo as tensões internas e externas desses trabalhadores para se compreenderem dentro de características e necessidades comuns, as quais corroboram para a organização das ações coletivas. Sendo além as disputas pelo poder entre os diretores, a sistemática de trabalho, a dinâmica de contratação dos serviços de carga e descarga de mercadorias e passageiros, o sistema de

---

<sup>9</sup> Carta Encíclica *Rerum Novarum* do Sumo Pontífice Papa Leão XIII. A todos os nossos veneráveis irmãos, os patriarcas, primazes, arcebispos e bispos do orbe católico, em graça e comunhão com a sé apostólica sobre a condição dos operários, 1891. [http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_1-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_1-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html). Visto em: 28/09/2017.

contratação da mão de obra, bem como os valores dos pagamentos pelas horas trabalhadas, as tensas relações estabelecidas entre os trabalhadores e os contratadores, e trabalhadores entre si.

### **AS AÇÕES E A FORÇA DO STPC**

Apesar de criticar as sociedades beneficentes, os sindicatos, corriqueiramente, mantinham práticas de auxílio, como proteger seus membros quando enfermos e prover serviços profissionais aos quais não tinham acesso, tais como, o tratamento médico e dental a baixo custo, ou seja, havia a cooperação entre os membros da mesma organização em serviços comuns para reduzir grandemente o custo de vida. Essas organizações eram muito ativas socialmente, algumas delas dedicando mais tempo e dinheiro para promover assuntos sociais do que para a melhoria das condições de trabalho. Algumas vezes até mesmo os interesses coletivos foram colocados como menores em detrimento dos interesses da direção do sindicato, como no caso da construção da sede própria para o STPC, assunto abordado na assembleia de 10/08/1927.

O mutualismo deve ser compreendido dentro de um cenário social em que tinha função estratégica, mas que suas ações devem ser questionadas, tendo em vista a ausência do questionamento sobre os problemas relacionados a consciência de classe. Então a crítica ao mutualismo deve ser feita, no tocante ao esvaziamento da compreensão do trabalho diante da sua realidade (a compreensão de si, ou autoconsciência).

Com a limitação da prática do auxílio mútuo, a proposta dos sindicatos de resistência era agir para que os trabalhadores conquistassem a consciência em relação às suas necessidades materiais e de mudanças sociais, utilizando os como combustível para alimentar os debates sobre como seriam atingidos esses objetivos (THOMPSON, 1987: 9-10).

Mesmo tendo diversas motivações, os conflitos marcaram o processo de contratação da mão de obra portuária (portuários x contratadores – trabalhadores x trabalhadores). Mas também havia a cooperação entre os trabalhadores, os quais compartilhavam de um modo geral das mesmas necessidades materiais e de trabalho.

Os grupos políticos que se formaram sob a influência socialista e anarquista construíram os seus quadros de redatores, selecionando-os a partir dos seus valores intelectuais. A imprensa transformou-se em um meio indispensável na vida política e

econômica, nas mudanças e na formação da opinião pública, contribuindo para posicionamentos políticos, leitura da sociedade e compreensão de novas necessidades<sup>10</sup>.

Nem sempre as respostas às necessidades dos trabalhadores se enquadraram perfeitamente nas linhas políticas gerais, devido à distância que se estabelecia entre o conteúdo das resoluções dos congressos e a prática organizativa cotidiana, por isso o debate sobre o mutualismo e a resistência tem relevância.

O binômio sindicato-beneficência estava intimamente imbricado à disputa de hegemonia na entidade. Os debates sobre as definições a serem adotadas sobre a questão assistencial e as disputas relacionadas às concepções mais gerais sobre o caráter da entidade sindical ocorriam na medida em que o assistencialismo trazia visões sobre a natureza do vínculo entre os associados e o sindicato, como também, sobre a função de liderança na luta reivindicativa e de resistência à ordem social vigente, por exemplo (FORTES, 1999: 202.)

O STPC, foi fundado a partir da perspectiva de que as ações reivindicativas dos portuários deveriam ocorrer de forma intensa e direta, com a organizações e participação em mobilizações, paralizações e greves. Tendo em vista que a *Associação Deus e Mar*, não podiam exercer esse papel, devido a aproximação e ligação que mantinha com grupos políticos da cidade. O apoio de figuras políticas da cidade se dava porque a sociedade beneficente, que tinha caráter assistencialista, garantia pequenos ganhos, servia como proteção para os trabalhadores e era utilizada como bandeira de campanha eleitoral. O sindicato ultrapassou esses limites políticos, distanciou-se das influências partidárias para construir uma pauta reivindicativa de resistência e combativa quando comparada a estratégia mutualista adotada pela *Deus e Mar*.

Para além das questões sobre a beneficência e a resistência, devo atentar para a construção da ideia de grupo, de modo a fundamentar os espaços de luta, visto que os trabalhadores, em busca de compreender-se enquanto coletividade, acabam identificando os seus adversários (inimigos). Nesse cenário de coesão das forças, o sindicato deve exercer importante papel, na medida em que identifica quem são “Nós” e quem são “Eles”. Fazendo uso do teórico Richard Hoggart: *a noção de grupo é reforçada pelo*

---

*isolamento em que o grupo se mantém, pela concepção de que o mundo se divide em “Nós” (os membros do grupo) e “Eles os que estão de fora.” (HOGGART, 1973: p.87).*

A ideia de que os trabalhadores faziam parte de um grupo que possuía características e necessidades comuns foi amplamente trabalhada nos jornais *Voz do Graphico* e *O Combate*. Nesse sentido, ao cruzar as ideias de Richard Hoggart com as análises dos periódicos ligados ao movimento anarquista, evidencia-se a maneira como as suas páginas foram utilizadas para construir a união e a conscientização dos trabalhadores sobre a necessidade de lutar<sup>11</sup>.

A identificação de quem eram “Eles” ajudou na definição do “Nós”. Ou seja, contribuiu para o processo autoconhecer-se. Apesar da busca pela identificação, devo atentar para o fato de que muitas vezes o “Nós”, utilizado no discurso do sindicato, nem sempre abrangia a todos os associados de maneira homogênea. Visto que, dentro dos sindicatos, existiam funções, cargos e poderes bem definidos, se comportando como estando acima dos associados.

A identificação do “Nós” também passava pela caixa de migalhas<sup>12</sup>, que era revertida aos sócios em caso de doença e de morte. Esse tipo de prática, característica do mutualismo nos sindicatos, apesar de criticadas pelos anarquistas tiveram destaque no STPC ao ser utilizado como ferramenta para a extensão e fortalecimento da solidariedade dentro da categoria.

Buscando criar uma identidade comum, na concepção de “nós” que favoreceu a ação coletiva, o STPC interferia nos assuntos referentes ao serviço dos portuários e às discussões e brigas no local de trabalho, mas sua ação ultrapassava as fronteiras do porto, intervindo nas brigas entre os sócios, quando ocorriam nas ruas, nos bares, chegando a ter registros sobre questões familiares abordadas durante as assembleias<sup>13</sup>.

A diretoria do STPC agia, a fim de manter os trabalhadores em ordem e isso passava pela organização da família, pela não prática de jogos de azar e pelo não consumo

---

<sup>11</sup> A VOZ DO GRAPHICO. **Alerta!!!**29/11/1921 ANO 1, N. 12.

<sup>12</sup> Dinheiro arrecadado dos sócios presentes às assembleias, que era revertido aos companheiros que se encontravam impossibilitados de trabalhar, seja por doença, seja por acidente no local de trabalho. Nas Atas das Assembleias do Sindicato dos Trabalhadores do Porto do Ceará, fica registrado o recolhimento das doações para a Caixa de Migalhas.

<sup>13</sup> ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ. 30/04/1929.

de bebidas alcoólicas e esvaziava a dimensão da individualidade do sócio, que se perdia diante da relevância da ordem da coletividade. Nesse processo, os membros da diretoria do Sindicato agiram com o propósito de reforçar o caráter de coletividade entre os membros por serem companheiros de infortúnios e de luta. Após essa compreensão de si, os trabalhadores traçam os objetivos a serem conquistados, possibilitados pelo Mutualismo e/ou resistência.

Apesar do modelo sindical de resistência ter sido amplamente divulgado e defendido nas páginas dos jornais, *A voz do Graphico* e *O Combate*, a partir dos escritos dos militantes anarquistas. O modelo de luta para realizar a *Revolução Social*, que possibilitaria o advento de uma nova realidade social, não foi amplamente aceito entre os trabalhadores do porto. A ideia de uma nova sociedade configurada pela *Anarquia* com o máximo de igualdade, de liberdade e de solidariedade entre os seres humanos não se faz presente enquanto prática entre os portuários. Em se tratando do sindicato, a busca pela manutenção das hierarquias, dentro da própria categoria, bem como, a manutenção do poder de decisão nas mãos da diretoria, foram traços marcantes.

O princípio do auxílio-mútuo era mais comum na realidade do STPC, porque preconizava a ajuda ao outro, onde os associados contribuíam com uma parcela dos seus ganhos, no caso de necessidade do associado, para que pudesse usufruir dos frutos dessa união, como através do auxílio, no caso de acidente de trabalho ou doença – Caixa de migalhas, que variava o valor da arrecadação entre 3200 – 3840 réis, e o pagamento de pecúlio, no valor médio de 524 mil réis no caso de morte do associado. Vários exemplos das ações beneficentes são encontrados nas páginas da imprensa libertária e operária, como em uma nota de falecimento publicada no jornal *O Combate*, na coluna “Combate Social”<sup>14</sup>.

A mutualidade estava presente no interior do sindicato e não ocupava pequeno lugar na pauta de atuação sindical dos portuários, o diferencial do sindicato foi o forte direcionamento pela estratégia combinada de controle e de gestão do mercado de trabalho e de luta por direitos dos associados junto às empresas de contratação de mão de obra.

Os anarquistas questionaram a relação mutualismo e resistência no STPC, assim como, o peso do auxílio mútuo na *Sociedade Beneficente Deus e Mar*, e buscaram abrir

---

<sup>14</sup> O COMBATE. *Combate Social*. 26/06/1921, N. 2.

espaço de diálogo com essas instituições, tendo em vista a importância da adesão dos portuários para a causa libertária, devido ao grande número de associados (só a *Deus e Mar* chegou a somar mais de 800), e a sua importância estratégica para o funcionamento do comércio e da economia da cidade.

As acusações de que a associação não buscava esclarecer aos seus associados a necessidade de luta, afirmando serem os seus diretores desafinados com as necessidades dos trabalhadores, permite esboçar a importância em mantê-los na ignorância de modo a não fazerem resistência à condição de exploração e de pobreza em que os associados (portuários) viviam<sup>15</sup>.

Os anarquistas criticavam as estratégias mutualistas utilizadas para minorar as circunstâncias em que os trabalhadores estavam inseridos, mas que não objetivavam o esclarecimento dos mesmos da sua realidade social. Fazendo frente a essa situação, as ideias sociais que ganharam força durante o século XX no Ceará, apresentaram a importância do papel atuante dos operários para lutar em prol de mudanças sociais, ou seja, eram causas mais abrangentes, que gerariam impacto não somente para uma categoria isolada, pois podiam promover alterações no desenho político, econômico e social da cidade e/ou do estado.

Diante desse cenário, a análise de Montgomery, torna-se pertinente ou ressaltar a importância do mutualismo e os valores por ele trabalhados, mas apontando suas limitações em relação a participação ativa e social dos trabalhadores. Como bem explica o autor, o processo de construção das lutas sociais surge dos direcionamentos dados pelos trabalhadores através das necessidades e das lutas cotidianas, no qual o auxílio mútuo tem seu destaque nesse processo, ao contribuir para o surgimento e o fortalecimento de laços de solidariedade. Mas, é a consciência que define os caminhos que as lutas irão seguir, ao promover a união e a construção das estratégias de atuação. (MONTGOMERY,1973)

Essa ideia de que os trabalhadores têm autonomia para escolher o caminho a seguir, e de que o mutualismo é uma escolha de luta, corrobora meu pensamento de que apesar de todos os bombardeios de ideias, sejam elas anarquistas, socialistas, capitalistas e católicas, os trabalhadores criaram estratégias de resistência e de luta para melhorar suas condições materiais e também sociais, sendo o mutualismo uma estratégia de luta, uma

---

<sup>15</sup> O COMBATE. **Pela Sociedade “Deus e Mar”**.09/07/1921 ANO I, N. 3.

arma para encontrar meios para negociar com os patrões e com o governo. Isto seria uma falsa apatia dos trabalhadores diante da exploração e pobreza em que viviam, configurando-se como luta.

Luta, no sentido de que havia a exploração dos trabalhadores e as insatisfações, e esses fatores fizeram com que os portuários buscassem criar alianças com indivíduos, ou grupos políticos, assim como fez com a LCT, com os redatores de alguns jornais da cidade, a exemplo d'*O Nordeste*, *Correio do Ceará*, dentre outros, além da participação em passeatas, e declarar apoio a greve realizadas por outras categorias de trabalhadores. Essas ações, devem ser consideradas de resistência, pois em alguns momentos, se deram de forma direta (greves, passeatas, etc.), em outros de maneira indireta (alianças políticas).

Então diante a necessidade de aproximar a análise sobre os portuários sindicalizados e compreender aspectos que faziam parte do cotidiano desses trabalhadores, e suas experiências dentro e além das fronteiras do porto, como o consumo de bebida alcoólica, brigas entre colegas de trabalho, questões familiares, etc., as Atas das assembleias realizadas pelo sindicato ente os anos de 1927-1930, são fundamentais.

A *Associação Deus e Mar* e o STPC buscaram controlar a vida dos trabalhadores, e também, o sistema de contratação da mão de obra e prestação de serviços às empresas de navegação. Para isso prezavam pela força do trabalho disciplinado de modo a atender a demanda no sistema de carga e descarga de mercadorias e passageiros no porto.

Ao longo dos primeiros anos da segunda década do século XX, o STPC foi se tornando mais combativo e atuante, vindo posteriormente a alinhar-se ao discurso da Igreja Católica e da LCT. Com a fundação a *Legião Cearense do Trabalho 1931*<sup>16</sup>, que cooptou vários sindicatos e associações, inclusive o STPC que em grande medida já colocava em prática muitos valores defendido pelos legionários, como a disciplina, a moralidade e o valor do trabalho para dignificar o homem, o movimento reivindicatório dos portuários conseguiu estreitar o diálogo com os contratadores e as empresas de navegação.

---

<sup>16</sup> SOBRE A LCT

Segundo Parente, durante os anos de 1925 e 1926, as ações do sindicato tornaram-se mais intensos o diálogos com outras associações, objetivando ter maior força e participação política. Nesse mesmo período colocou de maneira mais efetiva e combativa na busca por melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Em 1927, o sindicato aliou-se de maneira mais ativa a Federação Operária Cearense, fundada em 1925, e que foi precursora da Legião Cearense do Trabalho (PARENTE, 1999: 84)

Tanto a diretoria da *Deus e União* e do STPC, mantiveram intenso diálogo com a LCT, seguiram as diretrizes legionárias, que prezavam pela manutenção da ordem e da boa conduta dos trabalhadores, e o sindicato dos portuários, foi moldando suas ações de acordo com o que era definido pela legião<sup>17</sup>.

A sindicalização defendida pela LCT assemelhava-se ao associativo beneficente, ofertando serviços médicos e jurídicos, possibilitando o acesso dos filhos dos trabalhadores à escola, intermediando as negociações entre os patrões e os trabalhadores, buscando melhorias nas condições de vida e de trabalho, porém, de modo “organizado e controlado”, para fugir da dita anarquia e das ideias revolucionárias comunistas. A diferença do mutualismo estava na atuação social do sindicato na luta, que não eram necessariamente através do embate direto, com greves e passeatas, mas que reivindicavam mudanças no processo de contratação, nos valores pagos aos trabalhadores, na carga horária de trabalho, e na busca por garantias de direitos considerados básicos.

O modelo de prática sindical que, a partir da releitura das experiências das décadas anteriores, se consolidou no início dos anos 30 entre os trabalhadores do Porto de Fortaleza, pautou se na luta reivindicativa por melhores condições de vida, como um controle do mercado de trabalho e da beneficência, não podendo a organização sindical, no caso dos portuários de Fortaleza, ser simplesmente definido dentro da linha de beneficência ou de resistência, visto que esses trabalhadores tiveram contanto com diferentes ideias sociais e com diferentes categorias de trabalhadores da cidade. Diante disso, perceberam que, através da expansão da solidariedade entre os portuários e outras categorias, conseguiram vitórias coletivas. Como no caso da greve da Light, empresa que fornecia energia para Fortaleza, os portuários se colocaram como apoiadores do

---

<sup>17</sup> O LEGIONÁRIO. *Legião cearense do trabalho – Boletim nº 1 (Janeiro)*. 04/03/1933 Nº 01. p. 2.



movimento grevista e enviaram apoio material para as famílias dos trabalhadores em greve.<sup>18</sup>

Ao analisar as ações estratégicas do STPC, torna-se indispensável entender o conceito de resistência, e dialogar com outros autores no objetivo de amadurecê-lo e então compreender o modo de resistência vivido pelos trabalhadores portuários de Fortaleza. Utilizando da análise de James Scott para compreender as ações dos os portuários do STPC, mas tomando as devidas precauções, posto que Scott analisou os trabalhadores camponeses e aqui estudo os portuários, os quais possuem uma dinâmica de trabalho, inserção e percepção da economia completamente diferente, bem como para esse autor as resistências cotidianas, não são institucionalizadas (SCOTT, 2002)

Percebo, a partir das ações informais e dissimuladas, que os trabalhadores portuários, apesar de se organizarem na *Deus e Mar* e no STPC, muitas vezes estavam preocupadas com ganhos imediatos, e utilizando as formas cotidianas de resistência para fugir do combate direto e conseqüentemente das ações repressivas.

A luta dos portuários associados ao STPC se fez, evitando-se embates diretos, mas houve a resistência diante da exploração e ela não se fez passiva, e sim ativa, com diálogo entre os trabalhadores, principalmente, da diretoria do sindicato; com os patrões; promovendo o diálogo e a negociação com os contratadores e as empresas de Navegação, ameaçando com a possibilidade de greve e por vez, chegando a deflagrá-la; obtendo derrotas, mas também vitórias, como a conquista do *closed shop* (*Contrato Coletivo*) e o controle do sistema de contratação da mão de obra no porto no início dos anos de 1930, que deu maior poder ao STPC e a *Associação Deus e União* no processo de controle da mão de obra.

Em suma, ao analisar as ações dos trabalhadores portuários associados a *Beneficente Deus e Mar* e ao STPC, compreendi que os mecanismos de lutas foram de caráter de resistência, de modo a repassar a organização do trabalho as formas e valores de pagamentos, da jornada de trabalho, etc. também foram feitas alianças declaradas ou veladas com grupos políticos, intelectuais da época, com a Igreja, a LCT, com outras

---

<sup>18</sup> ATAS DE ASSEMBLEIAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PORTO DO CEARÁ. 22/09/1929.

categorias de trabalhadores, fazendo acordos a partir das suas conveniências, para conquistar os objetivos traçados pelo STPC: União para Resistir e conquistar benefícios.

Os portuários buscaram o apoio não somente de indivíduos ligados aos partidos políticos da cidade, mas também teceram laços com elementos ligados ao catolicismo, para isso buscaram adequar se ao modelo de moral proferido pela Igreja Romana. Aderiram ao movimento da Legião Cearense do Trabalho, que teve destaque nas lutas dos trabalhadores do Ceará no início dos anos de 1930.

### **BICLIOGRAFIA**

BATALHA, C. H. de M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: **Culturas de classe** (Org.). I Batalha, Claudio H. M. II SILVA, Fernando Teixeira da. III FORTES, Alexandre. Campinas: Unicamp, 2004.

CORDEIRO, R. B. Jr. A legião cearense do trabalho. In: SOUZA, S. de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza-CE: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

CARDOSO, Gleudson Passos. **“Rubor que todo o Mundo agita”**: Poesia Combativa e Experiência Social na Imprensa dos Trabalhadores de Fortaleza no Início dos Anos 1920. XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH- RJ- IDENTIDADES. Rio de Janeiro, 2008.

CORDEIRO, Raimundo BARROSO Jr. **A Legião Cearense do Trabalho**. In: SOUZA, Simone de. Uma Nova História do Ceará. Fortaleza-CE, Edição: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

GONÇALVES, Adelaide. **Imprensa dos trabalhadores no Ceará: história e memória**. In: SOUZA, Simone de. Uma Nova História do Ceará. Fortaleza-CE, Edição: Fundação Demócrito Rocha, 2000. pp. 20-21.

FORTES, A. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In: **Cadernos AEL**, v. 6, n.10/11, 1999.

HOGGART, R. **As utilizações da cultura**: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações divertimentos. Lisboa: Presença, 1973. (Coleção Questões).

LONER, A. B. **Construção da classe**: operários de Pelotas e Rio Grande do Sul (1888-1930). Pelotas: UFPel / Rede Unitrabalho, 2001.

LUCA, T. R. de. **O sonho do futuro assegurado**: o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990.

MORAIS, Nágila Maia de. **Todo cais é uma saudade de pedra: repressão e morte dos trabalhadores catraieiros (1903-1904)**. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História e Culturas – MAHIS. Universidade Estadual do Ceará, 2009.

MOTA, K. N. S. **Mutualismo ferroviário**: prover e proteger na sociedade beneficente do pessoal da estrada de ferro de Baturité de 1891 aos anos 1930. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará-UFC, 2009.

OLIVEIRA, César. **Antologia. Imprensa portuguesa (1987-1936)**. Lisboa: UGT/Perspectivas & Realidades, 1984.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: **Raízes**, v. 21, n. 1, jan./jun. 2002.

\_\_\_\_\_. **Revista brasileira de ciência política. Dossiê dominação e contrapoder**. Exploração normal, resistência normal. Brasília, n. 5, jan./jul. 2011.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** Tradução de Denise Botmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. v. I.